

A arqueologia no Museu Geológico (LNEG): situação, missão e perspectivas

Miguel de Magalhães Ramalho¹

Com a construção da Comissão Geológica do Reino em 1857, iniciou-se o estudo geológico do território nacional sob a égide de Carlos Ribeiro e Nery Delgado. O andamento desse trabalho e a quantidade das amostras recolhidas rapidamente demonstrou a indispensabilidade de instalações apropriadas, as quais foram encontradas no 2.º piso do antigo Convento de Jesus, que estava sem utilização. Após as primeiras obras de adaptação a Comissão, a partir de 1859, passou a ter possibilidade de reunir em boas condições a colecção de amostragem (rochas e fósseis) que aumentava todos os anos.

Embora o principal objectivo da Comissão fosse geológico, realizaram-se também, importantes escavações arqueológicas, como as do Cabeço da Arruda (1863), Casa da Moura (1865), Furninha (1879) e os respectivos espólios recolhidos e estudados nas suas instalações. Pode assim afirmar-se que, quer a Geologia quer a Arqueologia portuguesas nasceram com a Comissão Geológica do Reino.

¹ Coordenador do Museu Geológico (LNEG)

Outro marco importante foi a realização do Congresso Internacional de Antropologia de Arqueologia Pré-Histórias em 1880, que incentivou fortemente as pesquisas arqueológicas no seio da Comissão Geológica, donde resultou o aumento das colecções arqueológicas que se iam acumulando nas suas instalações.

Embora não se saiba ao certo a data do início do funcionamento do Museu, é conhecida uma interessante gravura da Sala de Paleontologia publicada em 1881 pela revista *Ocidente*.

Actualmente, o estatuto do Museu Geológico está consagrado na Lei Orgânica do Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), bem como faz parte da Rede Portuguesa de Museus.

A importância do Museu Geológico foi, igualmente, reconhecida em despacho do Ministro da Cultura de 12 de Outubro de 2009, em que o edifício do antigo Convento de Jesus, onde no 2.º piso, está instalado o nosso Museu, foi classificado como Imóvel de Interesse Público. A referida classificação foi baseada em parecer do IGESPAR onde se refere especificamente o valor patrimonial do Museu Geológico e que, pela sua importância, a seguir se transcreve: “Além do incalculável valor científico das colecções, o Museu Geológico conserva íntegro um espaço expositivo que é já uma referência por si próprio da museografia oitocentista, dos seus sistemas classificativos e apresentação de peças, na verdade um «museu dos museus» da história, mineralógica, paleontológica, e arqueológica, cujo reconhecimento e preservação deverão ser acautelados no âmbito da classificação do conjunto”. Esta classificação foi o culminar de um esforço de 10 anos junto das entidades responsáveis, esperando-se que contribua para a preservação do Museu Geológico, cuja integridade tem sido ameaçada nestes últimos anos.

No século XX, com a actividade de J. Fontes, G. Zbyszewski, O. Veiga Ferreira, H. Breuil, J. Roche, A. Viana e outros, funcionários ou colaboradores dos Serviços Geológicos de Portugal, as colecções arqueológicas do Museu Geológico enriqueceram-se extraordinariamente e a sua Sala de Arqueologia assumiu a actual disposição de expositores centrais e laterais.

Nestas últimas duas décadas registaram-se, contudo, mudanças importantes no tratamento e arquivo do espólio arqueológico e, bem assim, na apresentação museológica das peças da Sala de Arqueologia.

Quanto à exposição destinada ao público, tem sido preocupação constante nestes últimos anos, desenvolver os seguintes objectivos:

1. Tornar o acervo das Salas (Paleontologia, Arqueologia e Mineralogia) tão atractivo, acessível e didáctico, quanto possível, ao público não-especialista e, ao mesmo tempo, promover o conhecimento relativo à Geologia e à Arqueologia nacionais a partir do que está exposto.

2. Reordenar a apresentação dos exemplares em função de critérios científicos e fornecer ao público elementos explicativos para o enquadramento dos conteúdos expostos, como painéis com textos e fotografias, folhetos contendo explicações complementares a propósito dos exemplares apresentados e, ainda, novos expositores com temas interessantes.

As colecções arqueológicas

Estão registadas 1348 estações arqueológicas, as quais são muito variadas em importância e em número de peças. Elas incluem, contudo, estações de enorme importância científica, como Furninha, Casa da Moura, Muge, Casal Pardo, Poço Velho e várias outras, às quais se juntam inúmeras estações paleolíticas de superfície, de norte a sul do nosso território. Este é o segundo arqueológico de maior importância no País, a seguir ao do Museu Nacional de Arqueologia.

a) Preservação das colecções arqueológicas

Para evitar a possível degradação das peças mais vulneráveis, procedeu-se à colocação dos ossos humanos, devidamente embalados, em sala menos sujeita a oscilações térmicas e de humidade. A sua observação periódica, mostra que não tem havido degradação apreciável. Para algumas peças metálicas que apresentavam sinais de alteração solicitaram-se tratamentos adequados a laboratórios da especialidade.

b) Consultas às colecções arqueológicas

Desde há muito que a colecção arqueológica tem sido procurada por investigadores externos, nacionais e estrangeiros, muitos deles para realizarem mestrados ou doutoramentos. Actualmente, o Museu Geológico dispõe de 4 gabinetes para investigadores externos e um espaço laboratorial. De acordo com os números de 2009, realizaram-se consultas sendo 6 investigadores portugueses e 6 estrangeiros, o que corresponde a cerca de 150 dias de consulta.

Para apoio deste estudo, tem-se vindo a constituir, desde 2005, uma pequena biblioteca composta por publicações, separatas ou cópias dos artigos que tratam de peças existentes nas colecções do Museu. Por norma, todos os investigadores que publicam trabalhos sobre exemplares pertencentes ao Museu enviam a respectiva cópia, bem como na sua publicação devem referir claramente a proveniência institucional da peça o que, lamentavelmente, nem sempre tem acontecido.

Sala de Exposição

Esta compreende actualmente vários tipos de expositores. Assim temos 54 armários laterais, que datam do séc. XIX, e abrigam cerca de 650 tabuleiros com peças de várias centenas de escavações. Estas são, na sua maioria, do Paleolítico e provenientes das escavações de G. Zbyszewski.

A estes armários, juntam-se 40 expositores centrais colocados em duas filas duplas, que contêm a exposição permanente, mostrando a evolução das indústrias pré-históricas no nosso território, desde o Paleolítico Inferior à exploração mineira romana. São de salientar, pela importância do seu espólio, os expositores do Mesolítico de Muge, das grutas de Poço Velho (Cascais) e da gruta da Furninha, entre outras.

Graças a um subsídio concedido pelo Instituto Português dos Museus, após visita da sua então directora, Prof.^a Doutora Raquel Henriques da Silva, foi possível remodelar a exposição permanente com vista a apresentar os materiais arqueológicos de forma mais atractiva e pedagógica.

Algumas peças ocupam, também, expositores isolados como os crânios com indícios de trepa-

nações, os grandes vasos da Furninha, Salemas e Roça do Casal do Meio, vários ossos de *Elephas antiquus*, as rochas das superfícies glaciadas da Serra da Estrela, os artefactos em esparto da antiga mina de Algaes e outras. Ainda de salientar, a espectacular placa de bronze com legislação mineira de Aljustrel.

Com o objectivo de evitar a presença de peças expostas de cariz paleontológico, foram transferidas para as outras salas, exemplares de dinossauros e suas pegadas, bem como outros não pertencentes ao Quaternário, de forma a que a Sala de Arqueologia passasse a apresentar um conjunto coerente, resolvendo-se, assim, uma situação que se prolongou por décadas.

Foram, ainda, criados alguns novos expositores, a saber:

1. “Evolução dos Hominídeos”, mostrando réplicas de crânios das suas diversas espécies e respectivas idades, acompanhado por um painel estratigráfico.

2. “Exploração mineira neolítica de sílex”, Lisboa.

3. Restos ósseos de um leopardo (Pistocénico) do Maciço Calcário).

Foram, também, colocados vários suportes contendo folhetos sobre a “Evolução dos hominídeos”, “Glaciações” e “Exploração mineira neolítica de sílex”, e ainda um texto de apoio à visita à Sala da Arqueologia, este por J. L. Cardoso.

Perspectivas

Atendendo às características das colecções do Museu, cujo desenvolvimento tem dependido, fundamentalmente, da actividade dos investigadores dos organismos onde tem estado inserido – Comissão Geológica, Serviços Geológicos de Portugal, Instituto Geológico e Mineiro e, presentemente, o Laboratório Nacional de Energia e Geologia – não se prevêem aumentos significativos de material pré-histórico, exceptuando eventuais dádivas.

Tendo isto presente, considera-se que, para os próximos anos, o esforço deverá ser feito no sentido de:

1. Manter e, sempre que possível, melhorar as condições de preservação do espólio exposto e das reservas.

2. Continuar o desenvolvimento dos inventários para disponibilização aos investigadores.

3. Continuar o apoio aos trabalhos dos investigadores externos que pretendem estudar as colecções do Museu e, sempre que possível, aproveitar a sua presença e/ou os resultados obtidos, para a melhoria das colecções.

4. Desenvolver as potencialidades das colecções com vista a incrementar o conhecimento da arqueologia portuguesa junto do público em geral e, em especial, no apoio às Escolas dos diversos graus de ensino. Este propósito é actualmente considerado missão fulcral para a nossa componente museológica, uma vez que aquelas escolas não possuem os exemplares indispensáveis ao ensino.

5. Incentivar a divulgação do Museu Geológico nas suas diversas componentes, nomeadamente através da colaboração com outros museus congéneres.

6. Garantir a preservação e a integridade dos espaços das salas de exposição, naquilo que é herança do séc. XIX, de forma a respeitar a sua recente classificação oficial como Imóvel de Interesse Público.

Assim, a componente de Arqueologia pré-histórica do Museu Geológico representa uma importante mais-valia para o desempenho da sua missão, não só pelas suas colecções científicas de apoio à investigação mas, igualmente, como complemento à componente geológica. Isto tem permitido proporcionar ao público não-especialista e, em especial, aos alunos das escolas, uma valiosa fonte de aprendizagem integrada do passado do nosso território e que é única no País.